



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ACTA Nº 7/2010

SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE DEZEMBRO DE 2010

----- Aos vinte e oito dias do mês de Dezembro do ano dois mil e dez, no Auditório da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Rio Maior, sob a presidência de António Manuel Silva Arribança. Secretariaram a presente sessão os Deputados Municipais Carlos Jorge Coelho Neto e Maria Eugénia de Jesus Reis, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários da Mesa. A Câmara Municipal de Rio Maior fez-se representar pela sua Presidente, Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais. Assistiram também à presente reunião os Vereadores da mesma Câmara Municipal, Carlos Fernando Frazão Correia, Sara Maria Carapito Silva Fragoso, Nuno Leal Santos da Veiga Malta, Carlos Alberto Nazaré Almeida, Ana Cristina Lobato Pinto de Fróis de Figueiredo e Silva e Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro. -----

----- **JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS** -----

----- Nos termos do número 1 da alínea a) do Artigo 5º do Regimento da Assembleia Municipal, foram justificadas as faltas dos Senhores Deputados Luís Fernando Henriques Santos, Maria Júlia Marques Franco Mira e Maria de Fátima Gouveia Pinheiro de Carvalho, procedendo-se às respectivas substituições. -----

----- Pelas dezasseis horas e quarenta e cinco minutos verificando-se a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia deu início aos trabalhos da presente sessão (anexo 1). -----

----- **APROVAÇÃO DE ACTAS** -----

----- Foram colocadas a discussão e votação as actas n.º 5/2010 e n.º 6/2010 referentes à Sessão de Ordinária de 25 de Setembro e à Sessão Extraordinária de 27 de Novembro, respectivamente. -----

----- Aprovada a acta n.º 5/2010 por unanimidade dos presentes. -----

----- Aprovada a acta n.º 6/2010 por maioria com 2 abstenções. -----

----- **CORRESPONDÊNCIA** -----

----- Pelo Primeiro Secretário foi feita a leitura da correspondência recebida e expedida pelos serviços desta Assembleia Municipal, conforme anexo 2.

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Antes de abrir as inscrições para as intervenções neste período foram lidas pelo 1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal as propostas, recomendações, moções e requerimentos apresentados pelos Deputados Municipais (anexo 3). -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Informou que o requerimento seria endereçado à Câmara Municipal para os devidos efeitos e que os restantes assuntos seriam discutidos nas intervenções e votados no final do período antes da ordem do dia. -----

----- O Presidente da Assembleia Municipal abriu as inscrições para este ponto. Inscreveram-se para intervir os seguintes Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia: -----

----- Deputada Maria Leonor Magalhães Fragoso -----

----- Deputada Maria Eugénia de Jesus Reis -----

----- Deputada Carla Maria Pires Rodrigues -----

----- Deputado Carlos Jorge Coelho Neto -----

----- Deputado Maria Júlia Faria e Silva Antunes Figueiredo -----

----- Deputado Rui Miguel da Costa e Silva -----

----- Deputado Vítor António Duarte Santos -----

----- Deputado Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo -----

----- Deputada Maria Inês Pereira Maurício -----

----- Presidente de Junta de Freguesia de Rio Maior -----

----- Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputada Maria Leonor Magalhães Fragoso** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Iniciou a sua intervenção referindo que o final do ano de 2010 fica marcado pela não renovação do vínculo laboral de algumas pessoas que estavam há já vários anos ao serviço da Autarquia no sector da educação. -----

----- Lamentou este facto, salientando que configura três danos em simultâneo: para as pessoas que perdem o emprego, para as instituições que perdem profissionais de mérito e para as famílias que vêem perder rendimentos. -----

----- Para além disto, salientou ainda a gravidade do facto de constar que estas pessoas foram despedidas pela Câmara Municipal, parecendo-lhe não ser esta a real situação. Solicitou, por isso, um esclarecimento definitivo acerca da não renovação de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

funções destas pessoas, cujo valor era reconhecido e louvável e que, ao que lhe parece, se encontravam em situação algo precária relativamente ao regime de trabalho da função pública. -----

----- **Deputada Maria Eugénia de Jesus Reis** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Referiu que foi com grande satisfação que viu publicitado o evento “Passagem de Ano no Rio”, já que considera que era algo que se impunha para bem dos munícipes. -

----- Saliu que todos os anos se tem assistido à deslocação de jovens e menos jovens para localidades limítrofes onde lhes era proporcionada uma passagem de ano mais económica. -----

----- Assim, considerou que embora se vivam tempos de restrição económica, em boa hora a Autarquia decidiu organizar este evento, pensando na camada da população com mais dificuldades e que não têm capacidade económica, não têm um meio de transporte e que lutam diariamente contra as dificuldades do dia a dia, proporcionando-lhes assim umas horas de lazer e divertimento e receber o novo ano com entusiasmo e esperança. -----

----- Considerou ainda que esta festa poderá ser o início de uma tradição no nosso concelho que irá cimentar ainda mais o nosso espírito de união, fraternidade e de orgulho no nosso concelho. -----

----- **Deputada Carla Maria Pires Rodrigues** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Referindo-se à Sessão da Assembleia Municipal de Setembro de 2010, lembrou que como consequência das várias recomendações acerca da cimenteira, e após conciliação entre todos, apenas uma ficou onde era referido que a Câmara Municipal deveria disponibilizar a todos os membros os estudos relativos a este assunto e torná-los públicos, o que até à data não aconteceu. -----

----- Saliu ainda que não existe ainda qualquer tomada de posição da Câmara Municipal relativa a este assunto, fazendo referência que a recomendação agora apresentada pretende exactamente que a Câmara Municipal, no que diz respeito às suas competências, se oponha à construção desta fábrica e que em sede de revisão do PDM não venha a permitir a sua construção na localização proposta, já que acredita que a construção de uma cimenteira se relaciona, entre outras coisas, com uma determinada visão de desenvolvimento para o concelho. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Referindo-se à proposta acerca do microcrédito, reforçou a ideia de que esta será uma outra visão de desenvolvimento, já que acredita que o verdadeiro potencial de um concelho são as pessoas e as coisas que são capazes de fazer, sendo o apoio a estas pessoas um factor de desenvolvimento, recomendando, por isso, que a Câmara Municipal contacte a Associação Nacional do Direito ao Crédito com vista a estudar a possibilidade de celebração de um protocolo com esta associação que permita a divulgação entre a população riomaiorense o acesso ao microcrédito para desenvolvimento de actividades económicas por conta própria. -----

----- Apresentou ainda uma recomendação à Câmara Municipal para a criação de uma taxa sobre as máquinas ATM instaladas no Concelho de Rio Maior e utilizadas pelos clientes dos bancos directamente a partir da via pública, e que tal como todas as outras actividades promovidas em espaço público passem a pagar uma taxa. -----

----- Solicitou ainda informação acerca do saneamento básico no concelho e em especial na zona de Alcobertas para onde está agora projectada uma estrada, já que considera que seria importante prover já a localidade da rede de saneamento aproveitando a execução da estrada em causa, evitando que posteriormente se tenha que vir a partir esta mesma estrada para poder colocar a rede de saneamento. -----

----- **Deputado Carlos Jorge Coelho Neto** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal. -----

----- Referiu que no âmbito das funções autárquicas que tem vindo a desempenhar tem sido presença assídua do cineteatro de Rio Maior e um espectador atento da oferta cultural que ali se desenvolve, sendo com grande prazer e também orgulho que enumerou dois pontos fundamentais: a diversificação e crescente qualidade da oferta cultural que por ali tem passado e a dedicação, profissionalismo e competência do pessoal que ali desempenha funções. -----

----- Sugeriu ainda que assim que seja possível, para além da divulgação da programação já existente, fosse colocado um painel informativo numa zona estratégica da cidade a dar a conhecer essa mesma programação. -----

----- Realçou ainda que a presença de todos enquanto membros da Assembleia Municipal nestes eventos é um sinal de que a despesa efectuada pela Autarquia numa agenda cultural diversificada não é em vão e que devem todos usufruir da oferta dentro das preferências e possibilidades de cada um, incentivando desta forma a população. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- **Deputada Maria Júlia Faria e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Iniciou a sua intervenção por referir a necessidade de, nesta época difícil de crise que se avizinha, existir um misto de coragem, inteligência, vontade e solidariedade que nos faça estar à altura deste desafio que nos é posto enquanto sociedade. -----

----- Considerou que associados a este desafio existem ainda outros que se colocam aos responsáveis pela administração pública: a educação, a saúde, o trabalho e o desenvolvimento, como pilares do desenvolvimento de um futuro próximo. -----

----- Por fim, referiu que a realização de eventos como aquele programado para a passagem do ano, embora de louvar, não sirva como distração daqueles assuntos que são os realmente estruturantes e que se irão discutir nesta sessão da Assembleia Municipal com a apresentação das Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal – 2011. -----

----- **Deputado Rui Miguel da Costa e Silva** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Iniciou referindo que tal como há um ano atrás esperava que as Grandes Opções do Plano viessem clarificar qual o novo modelo de desenvolvimento social e económico adoptado pela nova liderança, não tendo, no entanto, vislumbrado no documento qual o caminho a seguir rumo a um futuro que se espera melhor. -----

----- Salientou ainda que das partes de texto do documento retirou apenas a ênfase da época difícil que se atravessa e que no que respeita ao futuro apenas um parágrafo onde não transparece qual o desenvolvimento económico previsto, quais os investimentos e quais os padrões de qualidade de vida que se pretende alcançar. -----

----- Considerou que na situação actual para aumentar alguns dos padrões de qualidade de vida há que fazer escolhas, e são essas decisões que se esperam de um executivo. Ainda referindo-se a uma melhoria crescente dos padrões de qualidade de vida, esta só será possível se existir a capacidade de criar riqueza, o que significa incrementar o desenvolvimento económico e que para que este gere riqueza é necessário investimento. -----

----- Interrogou, por isso, quais os sectores que serão apoiados como motores desse desenvolvimento económico, o que considerou como mais uma das decisões que se espera de um executivo. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Considerou ainda que a gestão rigorosa expressa no documento não compete ao executivo municipal, mas sim aos técnicos, aos auditores externos, aos ROC's, ao POCAL e ao tribunal de contas sendo que ao eleger os nossos autarcas a comunidade delegou neles o poder de decidir o futuro. -----

----- Por fim, realçou que eram estas linhas orientadoras do futuro que esperava encontrar no documento e não apenas um documento técnico, que demonstra um bom trabalho dos técnicos, mas que não evidencia modelo de orientação estratégica, e que sem o qual se torna impossível a discussão de assuntos como a instalação de uma Cimenteira, não sendo possível apurar se esta tem lugar no modelo social e económico do Executivo Municipal para o Concelho, que se afigura como uma decisão política que se espera de quem lidera. -----

----- **Deputado Vítor António Duarte Santos** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Referiu que a sua intervenção tem função de chamada de atenção para o comportamento cívico de todos, já que espaço de um mês houve três atropelamentos graves, um deles mortal, na estrada do centro de saúde de Rio Maior. -----

----- Chamou assim à atenção para o nosso comportamento cívico, quer de peões quer de condutores e solicitou ainda à Câmara Municipal que de alguma forma incentive à prevenção rodoviária. -----

----- Solicitou informação acerca da reunião havida como Director Executivo do Agrupamento dos Centros de Saúde Ribatejo I, Dr. Carlos Ferreira, onde se falou sobre unidades móveis de saúde e sobre a coordenação das várias unidades que integram o Centro de Saúde de Rio Maior. -----

----- Solicitou também que, sendo possível, apareça os nomes dos Vereadores que votam as deliberações da Câmara Municipal para que possam ser identificados. -----

----- **Presidente de Junta de Freguesia de Asseiceira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Solicitou ao Presidente da Assembleia Municipal que fossem concedidos alguns minutos no final das intervenções para, em conjunto, se encontrar uma solução de equilíbrio para as propostas apresentadas e que irão ser votadas. -----

----- Salientou essencialmente três aspectos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Em primeiro lugar deu conhecimento à Assembleia Municipal do seu regozijo pelo Executivo da Câmara Municipal ter enviado uma equipa com três técnicos para com o Presidente da Junta de Freguesia fazerem o levantamento das infracções relativamente às ligações do saneamento básico ao colector de águas pluviais na Estrada Nacional 1, de forma a puderem ser tomadas decisões sobre este assunto baseada nas informações técnicas que forem emitidas. -----

----- Reconheceu ainda o bom trabalho da equipa designada para o efeito e fez menção a que fique registado o seu bom desempenho que dele seja dado conhecimento. -----

----- Em segundo lugar referiu que finalmente está a ser iniciado o levantamento das necessidades para segurança e prevenção rodoviária na Freguesia da Asseiceira. Informou ainda que a equipa designada para o efeito junto como Presidente da Junta de Freguesia começaram já a fazer esse levantamento de maior importância dado o número elevado de acidentes que ocorrem na Estrada Nacional 1 que atravessa a freguesia. -----

----- Em terceiro lugar, referiu-se à prestação da EDP no que respeita aos serviços de manutenção necessários e que àquela empresa compete. Informou ainda que esta situação é insustentável já que na Freguesia de Asseiceira é rara a semana que não existe falhas de energia de seis e sete horas, com as consequências que daí advêm, sem que nada seja feito. -----

----- Considerou que a EDP não pode continuar a ter este tipo de conduta quando existem casos escandalosos de negligência e que continuam sem resolução mesmo após as mais diversas participações já efectuadas pela Câmara Municipal. -----

----- Solicitou, por isso, à Câmara Municipal que seja efectuado um pedido de reunião com carácter de urgência para que a EDP se responsabilize por estas situações de perigo eminente. -----

----- Por fim, referiu ainda a impossibilidade de se continuar a alimentar o tipo de conduta que os madeireiros têm vindo a ter, já que na freguesia de Asseiceira já não se pode circular nas estradas por falta de limpeza, Considerou ser já altura de ser elaborado um regulamento que exija um depósito que assegure a limpeza dos locais onde se dá esta actividade. -----

----- **Deputada Maria Inês Pereira Maurício** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Iniciou a intervenção por sugerir que fosse apresentado, mas que uma elencagem, um resumo das actividades de determinados sectores da Câmara Municipal, para assim permitir uma diminuição das perguntas que são feitas e aumentar o pragmatismo das intervenções dos membros da Assembleia Municipal. ----

----- Agradeceu ainda a informação acerca do Simplex Autárquico que lhe foi remetida pelo Vereador Nuno Malta, e do desenvolvimento do processo com a implementação das primeiras medidas no âmbito do mesmo. -----

----- Questionou ainda acerca do ponto de situação do Conselho Municipal da Juventude, uma vez que o regulamento já foi aprovado e urge a sua constituição. -----

----- Referindo-se às Jornadas da Juventude, e tendo lido na comunicação social em declarações do Vereador Nuno Malta que o formato anterior das mesmas era desprovido de pedagogia, considerou que estas declarações não reflectem a realidade dos eventos anteriores, podendo ser facilmente aferido os debates que foram realizados nesse âmbito, com temas actuais e com uma elevada participação. -----

----- Considerou que há que fazer uma escolha, ou se prefere destruir tudo aquilo que foi feito no passado ou agarrar naquilo que já foi feito e melhorá-lo. -----

----- Por fim, referiu-se à situação da instalação da cimenteira no Concelho de Rio Maior, lembrou que nos esclarecimentos dados na sessão da Assembleia Municipal de Setembro de 2010 pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, aguardava-se a tomada de posição das mais diversas entidades com competência no assunto para que então fosse tomada uma posição pela autarquia que seria aquela que se considerasse como a que melhor iria servir os interesses do concelho. -----

----- Saliu que nesta altura foram já emitidos os pareceres das diversas entidades envolvidas e a respectiva Declaração de Impacte Ambiental de teor desfavorável por não se conformar nem com os instrumentos de gestão territorial definidos no local nem com a Reserva Ecológica Nacional. -----

----- Considerou, assim, que é agora altura da Câmara Municipal de Rio Maior tomar uma posição, que de acordo com declarações do executivo será sempre a que melhor se adequa aos interesses do município, e serem definidos quais são esses interesses em servirão de base à decisão a tomar. Evidenciou que a Câmara Municipal pode não tomar uma posição técnica, mas que uma posição política tem a obrigação de o fazer e que é esta que todos aguardam. -----

----- **Presidente de Junta de Freguesia de Rio Maior** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Interveio para reforçar a ideia que a crise que se vive actualmente tem custos muito elevados e que estas dificuldades económicas são não raramente geradoras de dificuldades sociais, criando situações complicadas em que todos somos poucos para ajudar a resolver. -----

----- Referiu que Rio Maior não é excepção, sendo também afectado por estes problemas, apelando a todos que estejam alerta para este tipo de situação para que sejam identificadas e se possa agir. -----

----- Aproveitou ainda para deixar mais um apelo à Assembleia Municipal, desafiando todos os presentes a dar um pouco de si, do seu trabalho em prol de quem tem seguramente menos que todos nós, através do banco local de voluntariado e assim provar que Rio Maior é solidário e que com o esforço de todos conseguiremos mudar a vida de quem realmente necessita. -----

----- **Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Interveio apenas para enviar a todos uma mensagem de esperança e que neste contexto de crise que atravessamos não nos deixemos derrotar pela tristeza lutando sempre por melhores dias com alegria e determinação. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Seguidamente foi dada a palavra à Presidente da Câmara Municipal para prestar os esclarecimentos solicitados nas intervenções, designadamente da Deputada Carla Maria Pires Rodrigues, Deputado Vítor António Duarte Santos e Deputada Maria Inês Pereira Maurício. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Esclareceu que em relação à situação dos colaboradores que agora cessam funções no sector da educação tem realmente havido alguma contra – informação no sentido em que se diz que a Câmara Municipal fez despedimentos no que se refere a técnicos que asseguram as actividades dos prolongamentos de horários nas escolas. Referiu que na realidade o que acontece é que existe um conjunto de funcionários, alguns deles que colaboram com a autarquia há já oito, nove e até mesmo dez anos, com contrato sucessivamente renovado, numa situação de claramente precária, e aos quais, enquanto o quadro legal o permitiu, nunca foi aberto concurso para a regularização de situação. Informou que a Câmara Municipal abriu entretanto um concurso para contrato por tempo indeterminado para oito lugares de assistente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

técnico, para assegurar as actividades de prolongamento de horário, sendo este limitado pelo facto de ter que ser dada preferência a quem já possua vínculo à função pública, conforme medidas instituídas com o PEC. -----

----- Informou ainda que a este concurso foram efectuados à volta de cem candidaturas, sendo que destas dez eram de pessoas que tinham já vínculo à função pública constituído, prevalecendo assim sobre quaisquer outras. -----

----- Lamentou essencialmente que atempadamente, e quando não existia ainda a este condicionante legal, as situações não terem sido devidamente regularizadas através dos meios disponíveis na altura. -----

----- No que se refere ao assunto dos atropelamentos verificados salientou que a mudança de mentalidades não pode ser operada da forma tão célere como seria desejado, dependendo esta das pessoas. Referiu no entanto que a Câmara se encontra a elaborar um projecto de requalificação da Avenida de Portugal, melhorando-a, assim como se outras vias, esperando que com estes melhoramentos se consiga disciplinar e conter quem as utiliza. -----

----- No que respeita às questões levantadas acerca da EDP, informou que tinha tido lugar uma reunião da CIMLT com o presidente da empresa em causa onde foi apresentado que no plano de actividades para 2011 a EDP vai avançar com o reforço da linha no Carrascal, esperando que este possa dar resposta aos problemas das falhas eléctricas que continuamente têm surgido. -----

----- **Vereador Nuno Leal Santos da Veiga Malta** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Esclareceu que no que se refere às Jornadas da Juventude não se pretende acabar com o que está bem feito, apenas considera que foi dado mais ênfase à pedagogia e à interacção entre as freguesias, tendo em conta as restrições orçamentais. -----

----- No que se refere às questões colocadas relativamente ao Conselho Municipal de Juventude, informou que aguarda a indicação dos representantes pelas entidades para que logo que este procedimento esteja completo, constituir o conselho e finalmente iniciar funções. -----

----- Referindo-se à questão da cimenteira e ao debate em que esteve presente acerca do assunto informou que não se pronunciou acerca da questão da revisão do PDM e que não irá fazê-lo enquanto o assunto for objecto de estudo. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- **Vice-Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Concordou que deve ser tomada uma posição pela Câmara Municipal e até pela própria Assembleia Municipal no que se refere à instalação da cimenteira, mas que no exercício e cargos políticos tem que haver uma consciência colectiva na tomada de posições. -----

----- Informou ainda que a revisão do PDM se encontra a desenrolar e que qualquer proposta poderá ser conhecida e debatida nas várias reuniões que se prevêem no âmbito deste processo com os mais diferentes intervenientes, assim como na própria fase de consulta pública. -----

----- No que se refere à cimenteira esclareceu que foi já solicitada pela empresa promotora a emissão de uma declaração de interesse público, ao qual ainda não emitida qualquer resposta por se aguardar os pareceres a emitir pelas diversas entidades e só então nessa altura se terá presente todos os factos para se tomar uma posição sobre o interesse ou não nesta instalação, sendo a própria Assembleia Municipal que terá a última palavra nesta matéria. -----

-----Lamentou ainda que sendo este um assunto de grande polémica a afluência à sessão de esclarecimento efectuada tenha sido tão pouca e que estas sessões não tenham não tenham sido efectuadas desde o início do processo, permitindo a discussão e a tomada de posição em consciência e em pleno conhecimento. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Permitiu um interregno para a discussão das propostas, tal como foi sugerido. ----

----- Efectuada a chamada (anexo 1) foram retomados os trabalhos, e o Presidente da Assembleia Municipal informou que relativamente às recomendações, e designadamente aquelas que foram apresentadas pela Deputada Maria Júlia Faria e Silva Antunes Figueiredo, é entendimento da mesa que por serem recomendações à Câmara Municipal não devem ser votadas e irão ser remetidas àquele órgão.

----- Referiu que no que se refere às propostas de recomendação apresentadas pela Deputada Carla Maria Pires Rodrigues estas deixarão de ser consideradas como tal e passarão a designar-se como moções em conformidade com o acordado pelos grupos parlamentares e com a sua subscritora, e irão ser votadas. -----

----- Ainda sobre a moção acerca a construção de uma fábrica de cimento em Rio Maior informou que de acordo com os grupos parlamentares no final deve constar que a Assembleia Municipal recomenda à Câmara Municipal que, no que diz respeito às



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

suas competências, se oponha à sua construção, nomeadamente não possibilitando, em sede de revisão do PDM, a sua instalação na localização proposta. -----

----- Colocada a votação a moção sobre a construção de uma fábrica de cimento em Rio Maior, foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 14 votos a favor, 4 contra e 15 abstenções. -----

----- **Declaração de Voto do Presidente da Junta de Freguesia de Rio Maior** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Pretendo manifestar a minha total discordância para com o facto de ter que ser, ou de se poderem conjugar factores, no sentido de ter que ser a Câmara Municipal, que tecnicamente menos cabimentada está, a tomar ou a poder tomar esta decisão e com isso viabilizar ou deixar de viabilizar a fábrica de cimento. Acredito que existem instâncias maiores, com outra capacidade de análise, e com outra capacidade técnica para poderem decidir nesta questão. Não gostaria de ver a Câmara Municipal, independentemente da cor que nela esteja representada, colocada contra a parede e a ter que decidir por instâncias superiores, uma vez que se podem aqui conjugar factores que os obriguem a tomar essa decisão. De qualquer das formas, uma vez que declarar de interesse público esta obra ou não será sempre nossa competência enquanto membros da Assembleia Municipal de Rio Maior, cá estaremos para votar esta decisão ou não, se ela nos for pedida.” -----

----- **Declaração de Voto do Deputado António Manuel da Silva Moreira** que se transcreve na íntegra: -----

----- “A declaração de voto que irei lavrar tem a ver com a clarificação da posição do Partido Socialista em relação a esta situação. Nós não nos demitimos das responsabilidades políticas que os eleitos têm que ter. Não nos escudamos em movimentos, que são importantes, que revelam cidadania, e gostamos de mostrar as nossas posições. Esta não é uma questão técnica, não é uma questão de dioxinas, nós não estamos aqui a analisar, isso foi analisado por técnicos competentes, nós estamos aqui a votar uma proposta de moção e fundamentalmente a votá-la favoravelmente porque entendemos que são precisos clarificar fundamentalmente a questão da localização e portanto é este o sentido do nosso voto de mostrar claramente que é preciso que os políticos sejam responsáveis, tomem posições políticas e não se escudem atrás dos relatórios técnicos, porque senão nós teríamos pessoas nomeadas, como já tivemos antes no poder local. Não se pode por um lado fazer o elogio do poder local e depois quando nós temos autonomia para podermos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

decidir o que queremos, dizer agora os outros lá em cima que decidam que estão longe e a gente não tem nada a ver com isso. Nós temos esta ideia e não temos medo de a mostrar. “-----

----- **Declaração de Voto da Deputada Maria Júlia Faria e Silva Antunes Figueiredo** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Serve esta declaração para justificar a minha abstenção. É importante a entrada desta matéria na presente Assembleia dada a actualidade, mas considero a complexidade dos aspectos e factores a ponderar para a sua instalação, e dos quais nós não temos, em mãos, os elementos para que possamos em consciência e na prática ajuizar e também com suportes e dados não apenas científicos, técnicos e, associadas a esses, as diversas posições políticas para dizermos sim ou não. Oportunamente, com certeza, essa matéria virá à Assembleia, será objecto de discussão pública como já sabemos que vai ser e, aí, manifestar-nos-emos, com os seus prós e contras, sobre aquilo que o Concelho merece ter ou não deve ter.” -----

----- **Declaração de Voto do Presidente da Assembleia Municipal** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Votei contra por uma questão apenas e tão só de princípio: não tenho informação que me permita votar contra ou a favor, e naturalmente fazer uma recomendação à Câmara para se opor a uma algo que eu não conheço é uma coisa que eu não posso aceitar na minha perspectiva, quer em termos de funções políticas quer até como jurista.” -----

----- **Declaração de Voto do Deputado Victor António Duarte Santos** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Votei a favor exactamente pelo mesmo princípio. Não conheço, tenho poucos conhecimentos, acho que é uma mais valia para o Concelho, acho que do ponto de vista técnico a ciência hoje permite evitar muita coisa, nós não somos suficientemente ricos para estar a rejeitar tudo. Espero que fique bem claro. Em princípio acho que é demasiado radical dizer à Câmara que seja contra tudo e contra todos. Devemos dar o benefício da dúvida e devemos saber mais depois.” -----

----- Colocada a votação a moção sobre a criação de uma taxa sobre as máquinas ATM (Multibanco) instaladas no Concelho de Rio Maior e utilizadas pelos clientes dos bancos directamente a partir da via pública, foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 24 votos a favor, 3 contra e 7 abstenções. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Colocada a votação a moção sobre o Microcrédito, foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO** -----

----- **Actividade Municipal** (anexo 4) -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto para conhecimento à Assembleia Municipal de acordo com a documentação disponibilizada. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputada Maria Júlia Faria e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- Questionou sobre dois pontos: a reunião tida como serviços sobre o QREN e o ponto de situação e ainda sobre a reunião havida sobre o Hotel das Salinas e se este vai ser no mesmo local. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Esclareceu que estas foram reuniões de trabalho, periódicas, com o objectivo de monitorizar projectos a decorrer e garantir a informação actualizada dos mesmos e confirmou que a localização do projecto do hotel das salinas continua a ser a última conhecida de todos, sendo que existem alguns constrangimentos no que se refere à aprovação da acessibilidade ao mesmo. -----

----- **ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO** -----

----- **Ponto I – Alteração ao Regimento da Assembleia Municipal.** -----

----- O Presidente da Assembleia Municipal apresentou a proposta conforme documentos disponibilizados, agradecendo o trabalho efectuado pela Comissão para elaboração da revisão do regimento (anexo 5). -----

----- Submeteu ainda duas alterações ao texto apresentado, sendo elas: no artigo 33º, n.º 3, onde se propõe que a ordem do dia seja entregue com a antecedência de dois dias úteis sobre a data de início da reunião remetida por carta registada com aviso de recepção ou através de protocolo, deve ser retirada a menção ao registo com aviso de recepção. Não se verificou nenhuma oposição de nenhum dos deputados presentes a esta alteração. -----

----- A outra questão a alterar diz respeito ao n.º 9 e n.º 10 do artigo 68º onde se refere que o projecto de cada acta seja enviado aos membros da Assembleia até quinze dias antes da sessão onde esta deva ser aprovada e em seguida se refere que cada membro tem dez dias para apresentar reclamações. Perante esta situação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

considerou que o tempo para avaliar as reclamações era manifestamente pouco (três dias) já que a proposta final terá que ser enviada até dois dias antes da sessão. -----

----- Sugeriu assim que a antecedência de quinze dias para o envio do projecto da acta aos membros da Assembleia passe para vinte dias, o que permite a manutenção dos dez dias para reclamações e alarga o prazo da Mesa para oito dias para deliberar.

----- Não se verificou nenhuma oposição de nenhum dos deputados presentes a esta alteração. -----

----- INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS -----

----- **Deputada Carla Maria Pires Rodrigues** -----

----- Informou que tendo feito parte da comissão que elaborou a proposta de regimento houve alguns pontos com os quais não concordou e que em declaração de voto irá referir. -----

----- **Deputado Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo** -----

----- Considerou o trabalho colectivo desenvolvido de extrema importância e que apesar dos constrangimentos de conciliação de agendas foi também extremamente enriquecedor a participação nesta comissão e fez votos que este regimento venha a ser um instrumento que estimule a participação da e na Assembleia. -----

----- Salientou o trabalho voluntário dos deputados municipais que muitas vezes sem meios e sem tempo dão de si muitas horas e também o respeito e consideração demonstrados pela Mesa durante e no final dos trabalhos. -----

----- Enalteceu também o trabalho discreto desenvolvido pela Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias que ajudou imenso a que a comissão funcionasse como coordenadora da mesma. -----

----- Como aspectos mais importantes deste regimento salientou a valorização da opinião individual e colectiva o espaço democrático que se pretende que este fórum seja com algumas restrições de tempo às pequenas forças políticas e também o facto dos deputados municipais abdicarem de qualquer tipo de receita que pudessem vir a receber neste âmbito e ainda uma maior funcionalidade mesmo no que respeita à execução das actas que se espera virem a ser elaboradas por uma empresa especializada. -----

----- Finalizou indicando o sentido de voto como favorável. -----

----- **Deputada Anabela Costa Azenha** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Interveio referindo que o sentido de voto do Partido Socialista será favorável, já que se conseguiu nas reuniões havidas no âmbito da comissão chegar a um consenso após bastante partilha de opiniões e sensibilidades tornando esta experiência bastante enriquecedora, felicitando, por isso, todos os participantes. -----

----- **Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias** -----

----- Iniciou por referenciar que o regimento é um documento interno de um órgão que se autodisciplina no seu funcionamento, salientando que no caso concreto este constitui uma peça fundamental na regulação da actividade da própria Assembleia Municipal seja no cumprimento das suas competências seja na relação com aqueles que a esta se dirigem com os mais diversos problemas com que se confrontam. -----

----- Referiu ainda que as alterações introduzidas visam acolher as alterações legais entretanto ocorridas, promover e manter a aproximação entre a Assembleia e o Cidadão e traduzir o saber e o sentir da nova Assembleia Municipal de Rio Maior. -----

----- Agradeceu as palavras que lhe foram dirigidas pessoalmente, mas salientou que o trabalho em concreto é fruto de um colectivo a quem também agradeceu o trabalho desenvolvido e a forma como foi conseguido por todos os membros que constituíram esta comissão. -----

----- Propôs ainda à Câmara Municipal, de forma a divulgar o trabalho desenvolvido pelos membros da Assembleia Municipal, que fosse reservado um espaço no boletim municipal, para aí estar explanada a actividade da Assembleia Municipal e o trabalho realizado. -----

----- Colocada a votação, foi **aprovada a proposta por maioria** com 34 votos a favor e 1 voto contra. -----

----- **Declaração de Voto da Deputada Carla Maria Pires Rodrigues** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Embora tendo feito parte integrante e minoritária do grupo que construiu este novo regimento da Assembleia, e tendo estado de acordo com várias mudanças que foram introduzidas, votei contra este regimento pelas seguintes razões: o nosso grupo tinha no seu programa eleitoral como uma das metas a atingir colocar a intervenção dos cidadãos no período antes da ordem do dia. Continuamos a batermo-nos por esse ponto porque consideramos que o envolvimento e a participação dos cidadãos é fundamental para o trabalho da Assembleia. Remeter a participação dos mesmos para o final da Assembleia revela uma cultura fechada e defensiva que não dá primazia ao envolvimento dos mesmos. Não me parece pedagógico, como referiu o Senhor



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

Presidente na última reunião, antes pelo contrário parece-me dissuasor. Porque é que eu, cidadão de Rio Maior, que venho assistir a uma Assembleia, tenho que assistir a toda a discussão antes de colocar as minhas questões e dúvidas à Câmara. O que é que me impede depois de assistir à reunião se puder colocar as minhas questões no início? Porque é que tenho de despende de toda uma tarde ou toda uma noite para ver esclarecido uma questão simples? Não me parece que seja obrigando as pessoas a assistir às Assembleias que se motiva a sua participação. Este regimento pretende ser um regimento que possa continuar para além desta Assembleia, no entanto continua a não ceder no prazo das quarenta e oito horas para a entrega aos deputados da documentação. Não será grave para quem fizer parte de um grupo maioritário e com representantes no Executivo, no entanto é limitador e não fornece igualdade de preparação na discussão dos temas para quem faz parte de um grupo minoritário. Consideramos que uma disponibilização mais atempada da documentação, possível do ponto de vista técnico, uma vez que até já falamos de disponibilização online, uma vez que se refere na maior parte a decisões camarárias, a decisões que foram tomadas em reuniões de Câmara muito antes da Assembleia Municipal, possibilita condições de maior igualdade no conhecimento dos factos a debate e contribui para o aprofundamento das intervenções que aqui se tiverem. Uma terceira e última razão será a decisão relativa à descentralização das reuniões da Assembleia Municipal, questão que também defendemos no nosso programa eleitoral. Consideramos que a democracia participativa obriga a uma procura de proximidade das populações e dos seus problemas da parte dos membros da Assembleia e não apenas a contemplá-los, como ficou definido neste regimento, com assuntos que alguém decidiu que seriam do seu interesse.” -----

----- **Ponto II – Contrato de Prestação de Serviços de Auditoria Externa às Contas do Município de Rio Maior – Nomeação de Auditor Externo.** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputada Maria Inês Pereira Maurício** -----

----- Indicou o sentido de voto favorável da bancada do Partido Socialista neste ponto e apontou apenas que deve haver uma maior tomada de atenção com aquilo que sai na comunicação social, já que o jornal “O Mirante” a vinte e nove de Novembro noticiou que a Sociedade de Revisores e Oficiais de Contas Rosa Lopes e Associados



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

iria auditar as contas do município de Rio Maior nos próximos três anos referindo a aprovação pelo Executivo Municipal e a aceitação pela Assembleia Municipal, quando quanto a esta última o presente assunto não tinha ainda sido presente a este órgão, sendo-o apenas agora. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 31 votos a favor e 1 abstenção. -----

----- **Ponto III – Reabilitação Urbana – Contrato-Programa entre a LT – Sociedade de Reabilitação Urbana, EM e a Câmara Municipal de Rio Maior.** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado António Jorge Madeira** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Referiu que este ponto vem na sequência de um outro que anteriormente já foi presente à Assembleia Municipal, no entanto solicitou esclarecimento acerca do mapa do orçamento que consta da página dezanove do documento, relativamente ao valor das amortizações. -----

----- **Deputada Carla Maria Pires Rodrigues** -----

----- Solicitou os seguintes esclarecimentos: quais os encargos financeiros futuros que a adesão a esta empresa implica; como se vão enquadrar os proprietários com menos recursos para requalificar as suas casas; em caso de expropriações de que forma são garantidos os realojamentos dos moradores; como se vai relacionar este processo com a revisão do PDM e com a criação de Planos de Pormenor; e que finalidade está prevista para os edifícios que estejam na propriedade da câmara ou que recaiam na sua alçada. -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Referiu que a bancada do Partido Socialista se congratula por ver o princípio do início deste processo e que quando se chamou à atenção que Rio Maior tinha sido ultrapassado, tal é verdade porque como se pode verificar no documento Santarém e Coruche iniciaram o processo e sendo Rio Maior o município mais avançado na altura com a definição da ACRRU não conseguiu acompanhá-los. -----

----- Salientou ainda que esta Sociedade de Reabilitação Urbana será talvez um dos poucos instrumentos ou pelo menos um dos instrumentos que os municípios terão ao



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

dispor para combater alguma diminuição do desenvolvimento económico e a criação de uma sociedade da Lezíria do Tejo permitirá uma economia de escala que potencie essas obras. -----

----- Disse ainda que se espera que o município esteja à altura de fazer trabalhar essa sociedade no sentido de potenciar esse desenvolvimento. -----

----- **Deputado Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo** -----

----- Considerou que este ponto merecia uma mais profunda análise já que a constituição desta sociedade irá criar um novo ciclo quer em matéria de licenciamento das operações urbanísticas quer no que diz respeito aos instrumentos de gestão deste instrumento para a persecução da reabilitação urbana. -----

----- Saliu que este é de facto um instrumento que pela sua importância e extensão pode e deve ser aprovado mas ao qual se deve estar atento e à sua actividade por existirem casos de muito má gestão de SRU's. -----

----- Chamou à atenção que as competências passam a ser em absoluto da SRU e vão ser totalmente administradas por esta. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Confirmou que passará a ser a SRU a gerir toda a área definida pelo Município no âmbito da reabilitação urbana e informou que a informação acerca do orçamento da sociedade poderá fazer-se chegar ao senhor deputado que solicitou o esclarecimento sobre o assunto, mas referiu que todos os valores agora indicados destinam-se ao trabalho que virá a ser desenvolvido por um equipa contratada pela sociedade para fazer o levantamento dos edifícios que estão nesta área e que será acompanhado por técnicos da autarquia, e que posteriormente será este levantamento que dará origem a todas as acções subsequentes com vista à reabilitação. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 34 votos a favor e 1 voto contra. -----

----- **Ponto IV – Alteração ao Regulamento do Cartão Rio Maior 65.** -----

----- A Presidente da Câmara passou a palavra à Vereadora Sara Maria Carapito Silva Fragoso que apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **Ponto V – Empréstimo de Curto Prazo até ao Montante de 1 000 000,00 euros, destinado a ocorrer a dificuldades de Tesouraria – Prorrogação de Prazo.**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados. -----

----- INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS -----

----- **Deputada Maria Júlia Faria e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- Interrogou se este empréstimo não é ferido pela capacidade de endividamento, tendo em consideração o empréstimo a curto prazo até novecentos mil euros constante do ponto VII da ordem do dia desta sessão, sendo que ambos entrarão no ano de 2011. -----

----- Solicitou ainda que lhe fosse esclarecido o porquê da não ordenação seguida deste ponto e do ponto VII já que são de conteúdo similar. -----

----- **Deputado Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo** -----

----- Considerou inadmissível a informação constante da documentação no que se refere à conduta do banco contactado e alertou que estará atento a próximas situações que revelem o mesmo tipo de actuação das instituições bancárias. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Esclareceu que embora se tratem de dois pontos diferentes estes poderiam ter sido apresentados um seguido ao outro e que muito brevemente o ponto V trata a prorrogação de um contrato que já existe e que no final do ano a Câmara tem que pedir autorização à Assembleia para que esta seja possível e o ponto VII trata a autorização para a contracção de um empréstimo que irá ocorrer só após estar pago empréstimo referido anteriormente, tendo no entanto que ser aprovado na sessão da Assembleia que aprova o orçamento. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com 33 votos a favor e 2 abstenções. -----

----- **Ponto VI – Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal – 2011.** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados. -----

----- INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Rio Maior** -----

----- Iniciou por realçar dois pontos que considera de vital importância, em primeiro lugar a manutenção das verbas a protocolar com as Juntas de Freguesia e a visão correcta que estas podem realizar obras de uma forma mais rápida, mais barata e que respondem melhor aos anseios das populações, e em segundo lugar a diminuição das transferências da Câmara Municipal para a Desmor, muito graças à dinamização da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

oferta praticada por aquela empresa, proporcionando novas perspectivas de negócio que até aqui não existiam. -----

----- Congratulou-se com os resultados positivos desta empresa e endereçou parabéns à gestão da mesma pelo desempenho conseguido e ao Executivo Municipal pela escolha do Dr. Carlos Coutinho para o efeito. -----

----- **Deputada Maria Júlia Faria e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- Iniciou por fazer referência a uma falha no documento das Grandes Opções do Plano (ponto 1.1.2) onde se faz referência à importância do aumento das importações quando, a ter lógica, deveria ser aumento das exportações. -----

----- Considerou que se trata do orçamento possível e também de um orçamento conformista, que certamente poderia ser mais e melhor, transmitindo uma atitude de força e confiança no nosso Concelho. Considerou que continuando este tipo de gestão, Rio Maior será uma cidade em decadência, adormecida ao contrário daquilo que é desejável. -----

----- Salientou que sente neste orçamento falta de vigor e que este é essencialmente devorado por despesas de pessoal e de serviços o que evidencia uma diminuição de receitas. -----

----- Solicitou ainda esclarecimentos como pode constar um projecto em que a despesa prevista para a elaboração do projecto é consideravelmente superior à despesa inscrita para a execução do mesmo. -----

----- **Deputada Carla Maria Pires Rodrigues** -----

----- Solicitou esclarecimentos acerca dos seguintes pontos: estando nós num contexto de crise na economia e no mercado imobiliário, como consegue a Câmara Municipal de Rio Maior prever um aumento de 23,5% das receitas provenientes do Imposto sobre a Venda de Imóveis; Como consegue prever um crescimento de 21% das receitas resultantes de loteamentos; de que produtos em concreto é que resulta o incremento superior a 300% nas receitas previstas no âmbito da venda de produtos agrícolas e pecuários. -----

----- Saudou a inclusão de propostas efectuados anteriormente pela própria e que reitera este ano no sentido de um maior apoio social perante o presente contexto de crise, no entanto referiu que analisando os sítios onde irá ser aplicado os valores desse apoio se verifica que a real aplicação é muito baixa e a título de exemplo referiu que os valores distribuídos nesta área são apenas metade do que a Câmara Municipal atribui de subsídio para a Desmor. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Solicitou ainda esclarecimentos acerca de aquisição de software, onde se prevê uma despesa de quatrocentos mil euros, de que material é que se trata e se para além disso inclui suporte técnico ao produto e se a possibilidade da utilização de software livre não poderia ser uma realidade. -----

----- Interrogou onde está prevista a renovação da rede de distribuição de água potável nas freguesias de São João da Ribeira e da Vila da Marmeleira que considerou como prioritária. -----

----- Referiu ainda o facto de a verba de publicidade teve até um aumento em relação ao ano passado e interrogou porque houve uma diminuição nas reparações da habitação social. -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Iniciou por salientar que o que gostaria que estivesse transmitido neste orçamento fossem as ideias de um executivo comandado por uma presidente e o que se vê na realidade é que os funcionários da autarquia fizeram o seu trabalho, e que os erros enunciados no anterior orçamento são efectivamente os mesmos. -----

----- Enfatizou que se espera de um documento como é as Grandes Opções do Plano e Orçamento e Mapa de Pessoal que exponha a esta câmara como representativa dos eleitores do Concelho de Rio Maior, o modelo de uma estratégia de desenvolvimento para o mesmo. Referiu que a estratégia que transparece deste documento é a forma angustiada da procura da salvação que não existe para a resolução dos problemas do dia-a-dia sem qualquer tipo de objectivo futuro. -----

----- Salientou que a crise por si só não pode ser uma desculpa para o não desenvolvimento de uma estratégia e para a não execução de obra, já que em outras alturas também o Partido Socialista foi responsável pelos desígnios de Rio Maior, e teve que ter o engenho para continuar a fazer quando os tempos eram de crise, nunca se escudando no facto de não ter apoio do Governo. -----

----- Disse ainda que a análise das contas será feita não neste instrumento provisional mas quando for o relatório de contas do município de 2011 e de 2012. -----

----- Considerou ser importante dizer-se que o Concelho de Rio Maior era, quando este Executivo Municipal tomou posse, o primeiro da Lezíria e Vale do Tejo em candidaturas ao QREN e também que em virtude das medidas tomadas pela crise em 2008 a participação do Estado passou de 70% para 80% o que deixou margem, fazendo com que a diminuição das transferências directas do Estado não represente menos dinheiro. Disse ainda que não pode escrever-se que as preocupações são



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

sociais e depois não se ver explanada uma única intervenção social que reflecta um pensamento político e ainda que não prevê, mesmo a contra gosto, que a Desmor tenha o sucesso financeiro que se apregoa e considerou que hipotecar o equipamento financiado pelo Estado Português existente nas instalações a apenas a uma selecção estrangeira poderá ser contraproducente, já relegará para segundo plano os utilizadores nacionais. -----

----- Solicitou ainda esclarecimentos acerca das relações existentes com a Federação Portuguesa de Natação. -----

----- Referindo-se às receitas e despesas afirmou que seria excelente que as primeiras fossem mesmo o que se estima (um milhão e meio de euros) sem alienar qualquer património e sem ceder a privados aquilo que é da nossa responsabilidade e solicitou ainda que lhe fosse explicado como será feito o controlo das actividades de enriquecimento curricular se não existe na Câmara nenhuma actividade, nem organismo de desporto. -----

----- Disse ainda, em face da intervenção do Presidente de Junta de Freguesia de Rio Maior, que as transferências de capital para Juntas de Freguesia poderiam ser no montante que se quisesse desde que houvesse receitas para isso, mas considera que o problema reside no facto da quantificação da execução. -----

----- Afirmou que se espera neste documento uma visão de futuro para o Concelho e o que realmente se apresenta é apenas pura gestão do presente. -----

----- Indicou o sentido de voto da bancada do Partido Socialista como sendo de abstenção. -----

----- **Secretária da Junta de Freguesia da Vila da Marmeleira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Esclareceu que o seu sentido de voto, em representação do Executivo da Freguesia da Vila da Marmeleira, depende da informação que o Executivo Camarário transmitir em relação ao abastecimento de água da freguesia. -----

----- Referiu que como é do conhecimento geral o abastecimento de água na freguesia é reduzido e que foi proposto ao Executivo Camarário que as receitas de capital para a Vila da Marmeleira se centrassem única e exclusivamente na melhoria do fornecimento de água. Solicitou assim que fosse esclarecido se essa proposta está ou não contemplada nas Grandes Opções do Plano para 2011 no capítulo “abastecimento de água”. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- **Presidente de Junta de Freguesia de Asseiceira** -----

----- Confessou que com o passar dos anos cada vez mais considera este documento como uma carta de intenções, efectuado com base em engenharias financeiras. -----

----- Considerou, no entanto, que este orçamento contém a opção inteligente, até política, de centrar nas freguesias alguns dos aspectos mais importantes, tendo vindo a ser o relacionamento institucional entre estas a Câmara pautado pela boa fé. -----

----- Afirmou ainda que a ser verdade o que está espelhado no orçamento as freguesias e o seu desempenho continua a ser uma das prioridades do Executivo Municipal para 2011, que com as novas exigências centradas no ser humano, nas pessoas terá que se desviar dos trabalhos meramente operacionais que até agora as caracterizava. -----

----- Destacou ainda os investimentos e apostas principais do Executivo para 2011 na manutenção do financiamento das freguesias no mesmo valor das que foram previstas em 2010, que considerou como positivo dado os cortes previstos nas transferências para as Juntas de Freguesia pelo Estado. -----

----- Realçou ainda a criação e funcionamento da Equipa de Apoio às Juntas de Freguesia, que espera que funcione realmente durante todo o ano e com a dinâmica necessária. -----

----- Solicitou esclarecimentos acerca das receitas previstas, nomeadamente no que respeita à venda de bens de investimento no valor aproximado de cinco milhões de euros, nitidamente para resolver o problema do equilíbrio orçamental, situação que obriga a repensar o modelo de gestão praticado, e também sobre a despesa prevista em trabalhos especializados num valor de mais de um milhão de euros. -----

----- Saliou que se verifica que as receitas, quer correntes quer de capital, estão em défice

----- Para finalizar demonstrou a sua satisfação por verificar a manutenção da rubrica referente à construção da Escola Superior de Desporto de Rio Maior, já que existiam boatos de que a obra iria parar por não haver capacidade da Câmara Municipal participar com o valor acordado de cerca de um milhão de euros. -----

----- Terminou fazendo referência ao mapa de empréstimos que aparece como um sorvedouro com os juros que têm que ser pagos às instituições bancárias e que espera que o plano estratégico para o desenvolvimento de Rio Maior contribua para uma nova orientação de gestão autárquica. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Solicitou que não fosse esquecido que a Autarquia viu uma redução das transferências do orçamento de Estado de 8,6%, ou seja, seiscentos mil euros em receitas correntes; o aumento das despesas de educação no âmbito do protocolo anteriormente assinado de aproximadamente um milhão e trezentos mil euros, sendo que recebe de transferências apenas setecentos mil euros; o aumento previsível das taxas de juro que irá onerar os encargos; o aumento do número de casos sociais aos quais a Autarquia tem vindo a deliberar prestar ajuda de várias formas; e também as amortizações necessárias para não existir o risco de ultrapassar o limite de endividamento previsto. -----

----- Esclareceu que no que respeita à rubrica de serviços especializados esta reflecte os encargos com a Águas do Oeste, Resioeste, Valorsul, saneamento, serviços urbanos e meio ambiente, APAS Floresta e ainda com a DECO. -----

----- Referindo-se à questão acerca da venda de produtos agrícolas e pecuários esta se refere à venda material lenhoso. -----

----- Solicitou, neste momento, permissão para passar a palavra ao Vice-presidente para alguns dos esclarecimentos solicitados, que foi concedida pelo Presidente da Assembleia Municipal. -----

----- **Vice-Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Esclareceu que a Câmara Municipal não irá substituir a rede de águas e fazer nos condutas na Vila da Marmeleira porque o investimento para tal ronda os trezentos a quatrocentos mil euros para o qual não existe capacidade financeira e nem sequer um projecto para efeito, não podendo este investimento se comparável com um valor de trinta ou quarenta mil euros que representa o valor das transferências para as juntas de freguesia. -----

----- Referindo-se às opiniões expressas considerou normal que quem ocupa o lugar de oposição não concorde com as escolhas apresentadas por quem está em funções, mas espera que exista a real possibilidade de se levar a cabo este orçamento, não esquecendo nunca que este é um instrumento planificador e que em qualquer momento pode ser ajustado, relevando ainda a satisfação demonstrada pela juntas de freguesia no seu geral. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Concluiu esclarecendo que a Federação Portuguesa de Natação está em estágio de fim de ano em Rio Maior e que as relações são excelentes. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com 23 votos a favor e 8 abstenções e 1 voto contra. -----

----- **Ponto VII – Empréstimo De Curto Prazo até ao Montante de 900 000,00 euros – 2011.** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados. -----

----- INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS -----

----- **Deputada Carla Maria Pires Rodrigues** -----

----- Solicitou esclarecimento acerca do que são efectivamente despesas de tesouraria. -----

----- **Deputado Jacinto Madeira Correia** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Referiu que o esclarecimento que iria solicitar foi entretanto sanado com a explicação anteriormente dada pela Presidente da Câmara já que era referente ao facto de se ir contrair este empréstimo estando outro a decorrer, sendo agora claro que legalmente terá que ser aprovada agora, na sessão que aprova o orçamento, a intenção de ser contraído novo empréstimo. -----

----- **Deputado Vítor António Duarte Santos** -----

----- Referiu que compreende que seja um mal necessário mas expressou a sua aversão a recorrer a este meio de financiamento. -----

----- Saliu que o ideal seria quando um Executivo inicia funções começasse do zero, sem ter que assumir custos de compromissos que outros fizeram. -----

----- Defendeu ainda que já é tempo de começar a fazer novos investimentos sem cariz financeiros, como nas pessoas, no social, no convívio, nas ideias, ou seja, as pequenas coisas onde todos poderão colaborar, evitando o gasto financeiro. -----

----- **Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias** -----

----- Concordou que não é com prazer que se votam os empréstimos e que é realmente pena que não se recomece do zero, mas a realidade é que não se pode esquecer o que está para trás, quer o bom quer o menos bom, e não pode esquecer-se os compromissos anteriormente assumidos, que considerou uma pesada herança recebida, e ainda as medidas de austeridade impostas pelo Governo socialista. -----

----- Relembrou que este empréstimo só será contratado após a liquidação daquele que se encontra a decorrer e que não estamos em tempo de desperdício e acredita



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

que o Executivo o saberá gerir com contenção e conforme as necessidades do Município. -----

----- Lembrou também que o Partido Socialista, ao contrário do que agora existe, governou em melhores tempos e que assim mesmo esta era já uma prática corrente. –

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Não considerou que deva ser este o local para que seja explicado o que são despesas de tesouraria mas esclareceu que são os valores existentes a pagar. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com 33 votos a favor e 2 abstenções. -----

----- **Declaração de Voto do Deputado António Manuel da Silva Moreira** que se transcreve na íntegra: -----

----- “ Votamos favoravelmente e contrariamente aquilo que ouvimos dizer este é daqueles empréstimos que não trás encargos para o futuro. Um empréstimo de tesouraria, e ainda bem que a Senhora Presidente não quis explicar porque senão não ficávamos elucidados porque a explicação que deu não é a correcta, a tesouraria é uma coisa que nos precisamos quando temos que fazer alguns pagamentos e como a diferença entre obrigações e recebimentos nem sempre é aquela a favor da caixa, nós precisamos de ter algum dinheiro para efectuar pagamentos e é natural que a Câmara precise deste dinheiro. Eu gostava de dizer é que o relambório que ouvi da bancada do PSD sobre os empréstimos, este milhão de euros, que por acaso me parece que é a primeira vez que não é pago no final das contas, é um direito e em empréstimo que foi pedido por este Executivo para despesas de tesouraria. Portanto nós estamos é a adiar isso. Portanto nós votamos favoravelmente porque naturalmente que compreendemos que as dificuldades de tesouraria só podem ser supridas como está na lei pelo empréstimo de novecentos mil euros.”

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Pediu a palavra para repor a verdade no que respeita ao facto de ser a primeira vez que não é pago no final das contas, já que em Dezembro de 2009, no início de funções deste Executivo, veio a aprovação da Assembleia Municipal uma prorrogação de prazo também de um empréstimo de curto prazo. -----

----- **Ponto VIII – Regulamento Municipal do Serviço de Distribuição de Água do Município de Rio Maior.** -----

----- A Presidente da Câmara passou a palavra ao Vice-Presidente que apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS -----

----- Deputada Maria Júlia Faria e Silva Antunes Figueiredo -----

----- Iniciou por referir que se compreende que os regulamentos existem e são sujeitos a alterações sempre que se revele necessário, mas o que não se compreende é por que é sempre o chamado não doméstico, comércio e indústria, a suportar os maiores encargos. -----

----- Salientou que uma comparação de facturação pode revelar que o custo da água no nosso Concelho é dos mais caros, considerando que não existe justificação para que o custo da água enquanto bem seja tão caro, dado que o nosso lençol freático é extremamente rico.

----- Salientou que, efectivamente, se verifica uma necessidade de modernizar e renovar as infraestruturas e equipamentos existentes e que isso deverá estar contemplado no custo, já que este engloba não apenas o próprio bem, mas também todos os recursos utilizados para o seu fornecimento. -----

Referiu ainda, que a existência da taxa fixa de disponibilidade lhe provoca um enorme descontentamento, não compreendendo por que é que tem que existir esta taxa quando o próprio preço contempla já a razão para o seu fim. -----

----- Alertou ainda para a necessidade de substituição e arranjo de condutas pelas frequentes roturas verificadas o que constitui um verdadeiro desperdício. -----

Interrogou ainda sobre a existência na Câmara de um mapa da rede de canalização ou distribuição de água. -----

----- Finalizou referindo o aproveitamento das linhas de água existentes que, com os subsídios existentes, bem poderiam ser solução de energia alternativa. -----

----- Deputado Rui Miguel da Costa e Silva -----

----- Iniciou por referir que a água é um bem essencial à vida e que por essa razão não se deve olhá-la como um bem de consumo mas sim como um bem vital, olhar esse que se deve traduzir na elaboração de políticas de gestão integrada dos recursos hídricos. -----

----- Referiu que este regulamento, com todo o mérito que se lhe reconhece, não configura uma política de gestão integrada dos recursos hídricos, e considerou que este deveria ser o corolário dessa política, e nesse sentido indicou o sentido de voto da bancada do Partido Socialista de abstenção. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Afirmou que esta posição é uma posição que visa sinalizar junto do executivo que considera ainda haver muito para fazer nesta matéria. -----

----- Sugeriu, mesmo admitindo que as suas sugestões sejam legalmente ineficazes, algumas correcções como: no artigo 2º (objecto) é referido que o regulamento tem por objectivo quando deveria dizer por objecto; no artigo 7º, no segundo parágrafo, alínea c) onde se refere “submeter os componentes do sistema antes de entrar em serviço a ensaios que assegurem a perfeita execução do trabalho” quando em sua opinião deveria dizer-se que os ensaios assegurem o funcionamento correcto face às especificações contratadas; no artigo 40º quando se diz que por norma as caixas utilizadas devem ser de PVC, chamou à atenção que o que se pretende é que as caixas tenham resistência estrutural e à abrasão, já que o PVC é um termo plástico e estas devem ser em material plástico. -----

----- **Deputado Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo** -----

----- Iniciou por dizer que a água é um bem comum e da humanidade que escasseia cada vez mais e assiste-se na actualidade à prática cada vez mais utilizada da privatização com vista ao lucro e face à política que foi implementada pela Águas de Portugal e Águas do Oeste obrigaram grande parte dos municípios a encontrarem formas, não para serem bem servidos, mas para que os pagantes continuem a pagar tudo, incluindo as perdas da água, que no Concelho de Rio Maior estão entre os 30% a 50%. -----

----- Indicou o sentido de voto como contra por considerar que estas taxas põem em causa a integridade do património da humanidade. -----

----- Por fim alertou os autarcas que têm responsabilidade política sobre o desígnio daquilo que é o bem público. -----

----- **Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias** -----

----- Referindo-se ao conteúdo do documento disse ter verificado que não existiriam grandes alternativas, já que se trata de uma imposição legal e que não deve esquecer que o município funciona como intermediário entre a Águas de Portugal/Águas do Oeste e o consumidor, vendo-se obrigado a repercutir este custo no aumento do tarifário e que a adesão dos municípios à águas de Portugal resulta de uma estratégia governamental e não municipal à qual não pode haver fuga por parte dos primeiros, impedindo-os de aproveitarem os seus próprios recursos. -----

----- Fez ainda algumas considerações acerca do regulamento que poderão ser tidas em conta em próximas alterações, como no artigo 62º onde considera que devem ser



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ressalvadas as hipóteses do ressarcimento a favor dos utentes quando os contadores estejam avariados, prejudicando-os, e em casos que tenha sido avisado o município da avaria e só por desleixo deste o assunto não tenha sido sanado. -----

----- **Vice-Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Esclareceu apenas que o actual Executivo, assim como o anterior, foi forçado a ter que participar na Águas do Oeste como imposição governamental, e que no momento o município tem vindo a tentar renegociar com a Águas do Oeste a quantidade mínima que a Câmara Municipal de Rio Maior se obrigou a consumir, quer de água quer de saneamento, por ter sido valores negociados na perspectiva da vinda do aeroporto para Ota, estando agora desfasados da realidade do consumo do Concelho. -----

----- Esclareceu também que no que se refere aos consumidores não domésticos o aumento efectivo ronda 1,75€ o que não irá abalar a rentabilidade dos estabelecimentos. -----

----- Por fim referiu que a escassez da água irá cada vez mais provocar uma regulação deste recurso e incentivar ao baixo consumo. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com 18 votos a favor, 3 votos contra e 12 abstenções. -----

----- **Declaração de Voto da Deputada Carla Maria Pires Rodrigues** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Votamos contra este regulamento porque persiste em colocar as questões fundamentais para a prestação de um serviço de qualidade eficiente aos cidadãos, tais como a apresentação de um plano de obras para a substituição de condutas obsoletas para evitar as rupturas sistemáticas e as consequentes perdas de água, perdas que chegam a atingir os 75%, assim como a construção dos depósitos elevados necessários para garantir a qualidade da água fornecida, a sua distribuição e abastecimento contínuo aos cidadãos, em segundo plano. Este regulamento prevê um forte aumento da factura da água tanto para os utentes domésticos como para os não domésticos, não tendo em consideração as graves dificuldades que tanto as famílias como as micro, pequenas e médias empresas se encontram e que segundo as estimativas se vão prolongar. Este regulamento submete-se a interesses que nada têm a ver com os mais básicos direitos dos cidadãos, mas sim com a estratégia há muito delineada e expressa pela Águas de Portugal no seu relatório e contas de 2009, a saber: em 2010 empenhar-nos-emos na resolução da situação que está a criada em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

algumas das nossas comparticipadas que acumulam resultados negativos por falta de tarifa adequada aos custos dos serviços que prestam. Mantemos uma mesa de diálogo com a ERSAR para análise das soluções que preconizamos e sabemos que a tutela está sensibilizada para a necessidade de resolução destes problemas. Votamos ainda contra este regulamento por o mesmo se enquadrar numa perspectiva futura de privatização deste bem essencial e escasso, presente directa ou indirectamente em todas as actividades humanas e do qual não podemos prescindir, plasmada por exemplo no n.º 1 do artigo n.º 7 do regulamento ao estipular que a entidade gestora é a Câmara ou outra entidade a quem a Câmara conceda a exploração. Para nós o direito por parte dos cidadãos aos bens essenciais como a água devem ser considerados não custos sociais e não mercantilizados.” -----

----- **Ponto IX – Plano de Pormenor da Quinta da Ferraria – Terrenos em área afectada à Reserva Agrícola Nacional (RAN).** -----

----- A Presidente da Câmara passou a palavra ao Vice-Presidente que apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira de São João** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Congratulou-se pelo novo empreendimento turístico e solicitou esclarecimento acerca do sitio onde irá passar a estrada de acesso ao mesmo e ressaltou que no texto que sustenta a pretensão existe um erro de escrita na designação do decreto-lei, sendo que em vez de estar referido como decreto-lei n.º 73/2009 está como decreto-lei n.º 73/23009. -----

----- **Deputado Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo** -----

----- Referiu que é um dilema porque as coisas não serem bem conduzidas de princípio e que tem muitas dúvidas quanto a esta situação, até porque foi vedada a estrada do caminho-de-ferro, considerada como parte da propriedade. -----

----- Indicou o sentido de voto como abstenção. -----

----- **Vice-Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Esclareceu que o local aproximado onde se situa a estrada. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com 34 votos a favor e 1 abstenção. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Nos termos do n.º 4 do artigo 39º do Regimento da Assembleia, a Mesa propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente sessão. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- **Senhor Joaquim José Mendes, Vale de Óbidos, Rio Maior** -----

----- Apresentou cumprimentos a toda a Assembleia Municipal e aos presentes. -----

----- Solicitou esclarecimentos acerca do facto de todos os participantes na consulta pública serem contra a concretização do projecto da fábrica de cimento com excepção da Câmara Municipal e ainda sobre como se poderá conjugar a vontade do Executivo Municipal querer qualidade de vida para os munícipes e a instalação da dita fábrica no Concelho. -----

----- Referiu ainda que é afirmação da Presidente da Câmara Municipal a aposta no desporto e voltou a interrogar como é que tal prática se poderá associar à existência de uma cimenteira. -----

----- Para finalizar congratulou-se com o voto aprovado na presente sessão referente à instalação da fábrica de cimento. -----

----- **Senhor João Narciso Verde da Costa, Rio Maior** -----

----- Apresentou cumprimentos a toda a Assembleia Municipal e aos presentes. -----

----- Iniciou congratulando-se com anterior intervenção. -----

----- Solicitou esclarecimentos acerca da habitação social no Concelho que considera uma lacuna mais uma vez existente no orçamento aprovado. -----

----- **Senhor Alexandre Jacinto, Arroquelas** -----

----- Apresentou cumprimentos a toda a Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Solicitou esclarecimentos ao Executivo Municipal acerca dos contratos programa com o associativismo, o seu conteúdo, quais os critérios de atribuição dos valores desses mesmos contratos e de quem foi a responsabilidade dos mesmos. -----

----- Solicitou também que lhe fosse clarificada a questão dos transportes disponibilizados ao movimento associativo e as verbas referentes aos mesmos. -----

----- Por fim, interrogou se a nível de transportes vai continuar como foi até à data e que espera que brevemente seja uma situação prevista em regulamento. -----

----- **Senhor António Frazão, Chãos, Alcobertas** -----

----- Apresentou cumprimentos a toda a Assembleia Municipal e aos presentes. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Iniciou por interrogar se existe alguma previsão para a conclusão do saneamento básico em Alcobertas, em particular em chãos, e também em todo o Concelho. -----

----- Referindo-se ao movimento associativo solicitou que lhe fosse esclarecido se a política para o ano de 2011 vai ser a mesma praticada durante o ano de 2010. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Informou que as devidas respostas seriam enviadas oportunamente a cada um dos intervenientes, após audição da acta, por escrito.

-----**ENCERRAMENTO**-----

----- Quando eram vinte e uma horas, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu por encerrados os trabalhos da presente sessão, da qual, e para constar se lavrou minuta parcial, para efeitos imediatos e a presente acta que vai ser apresentada na sessão seguinte para aprovação global e assinada pela mesa. -----

----- **O PRESIDENTE DA MESA:** _____

----- **O PRIMEIRO SECRETÁRIO:** _____

----- **O SEGUNDO SECRETÁRIO:** _____